

CAMPUS

GIOVANNA MARIA



EMBATE EM FORMOSA

Denunciado por dispensa ilegal de licitação, prefeito da cidade enfrenta pressão popular e desiste de tentar reeleição

CULTURA

PROJETOS SOCIAIS

O trabalho do Círculo de Cultura Surda para conscientizar a população sobre o machismo

OLIMPÍADAS

ESPECIAL RIO 2016

Como Brasília e atletas de todo o Brasil se preparam para as competições de agosto

BEM-ESTAR

SEM TABU

Os motivos pelos quais as mulheres optam por cirurgias íntimas como a ninfoplastia

NA FILA

Nesta edição nossos fotógrafos foram às filas da Universidade de Brasília para perguntar às pessoas como elas se sentem com relação a cirurgia estética: o que te levaria a fazer esse procedimento?



Ana Cecília Ferraz

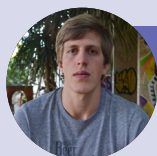
Arquitetura

“Acredito que a gente tem que trabalhar mais em nos aceitar e menos em mudar o que somos”

Isabella Pereira

Agronomia

“Cada pessoa sabe o que é melhor pra si e o que a faz feliz. Se ela se sente bem, qual o mal?”



Bruno Barreto

Arquitetura

“Eu não faria. Mas, no geral, se é algo que incomoda e você quer mudar, a escolha é sua e de mais ninguém”

Lorena Py

Relações Internacionais

“Eu fiz uma correção no meu olho, porque usar óculos me incomodava. Mudou minha vida para melhor. Se é algo que não te agrada e não vai machucar ninguém, por que não fazer?”

CARTA DO EDITOR

João Galvão
Editor-chefe

Chegou a última edição deste semestre no **Campus**, e nela investimos todas as lições aprendidas nas ruas e na redação sobre o ofício do jornalista. Mais do que enriquecer nossa formação, essas experiências enriqueceram o jornal ao longo das nossas quatro edições e nós esperamos que inspirem também todas as pessoas que passarão por aqui depois de nós para continuar vivendo o jornalismo.

Durante o semestre nossas pautas foram diversas e tiveram repercussão dentro e fora da UnB. Nós fugimos do comum e trouxemos pautas sobre assuntos que não eram discutidos em outros lugares para manter a atualidade da notícia e caprichamos nos enfoques para nos diferenciarmos dos outros veículos.

OMBUDSKVINNA*

Anna Caroline Magalhães

É preciso, antes de tudo, ressaltar a evolução da turma: enquanto no primeiro jornal a diversidade era pouca, nos seguintes ela surpreendeu. A matéria da capa *Para estourar os ouvidos* chama atenção pela qualidade de escrita e apuração – uma explicação detalhada e completa sobre o problema de surdez que atinge motoristas e cobradores de ônibus.

Rendimento prejudicado alerta para um assunto atual e pouco explorado: a relação do sono das crianças e adolescentes com o rendimento escolar. Entretanto, senti falta de alguma alternativa. Se mudar os horários de aula não é possível, o que especialistas e pedagogos recomendam? Já a matéria *Mudar o paladar* trouxe um tema interessante e pouco usual, porém falta a mesma coisa: era possível aprofundar mais? Há incentivo para que brasileiros comam mais esses alimentos? Quais sítios dão as mudas para plantar?

Restrição com sabor impressiona pelas ótimas fotografias que complementam a matéria. Talvez pudessem ter mais restaurantes para exemplificar e dados do comércio e

Nesta edição não foi diferente. Trouxemos para a pauta o futuro e o incomum. Nossos repórteres investigaram as denúncias contra o prefeito da cidade de Formosa e as opiniões divergentes sobre revistas íntimas em presídios do DF. Exploramos assuntos pouco explorados pelos veículos tradicionais nas matérias sobre a cirurgia íntima sem nos intimidar pelo tabu, buscamos explicar questões polêmicas da indústria de produtos de beleza, os desafios enfrentados por um aplicativo inovador de Pernambuco, as pessoas que experimentam a vida em ecovilas e a inclusão de pessoas com deficiência auditiva. Nossos repórteres também mostram como Brasília está se preparando para as Olimpíadas de 2016.

*Feminino de ombudsmen, termo que significa “provedor de justiça”, a ombudskvinna discute a produção dos jornalistas a partir da perspectiva do leitor.

crescimento do ramo para embasar melhor a fala dos empresários. *Insegurança móvel* traz muitas histórias, o que é bom para entender o contexto em que se passa o problema dos roubos. Atenção apenas para a construção das frases: “mas” é conjunção adversativa, tem que ver onde colocá-la para não confundir a mensagem.

O negócio da crise lembra a edição anterior que abordou o tema de alternativas na crise. Trouxe uma variedade excelente de dados que ajudou a entender esse novo cenário de empreendedorismo. Já *Por que assinar?* matou a curiosidade de muitos leitores: o que acontece com as petições online? Entretanto, deixou uma dúvida: se petições não dão efeito, quais alternativas que o cidadão tem? *Herança de hoje* aborda um problema relevante de falta de especialização e trata bem dele – matéria muito bem colocada. A página 12, como o esperado, trouxe um pouco mais de leveza: um perfil de um escritor de muitas faces. Linda história. A ordem da vez continua a mesma: sempre em frente, experimentar é o melhor caminho.

MEMÓRIA

Na edição número 169 de 1992, o jornal **Campus** tratou da questão das penitenciárias e do sistema de segurança na matéria *Segurança é forte, mas não infalível*, de Julianna de Carvalho. Na reportagem é explicado como a segurança no complexo é feita. Assim, em dia de visita, cada detento recebe oito visitantes, previamente cadastrados. Os objetos levados pelos familiares devem

1992

ser revistados e obedecem a uma lista de exigências permitidas pela segurança do complexo. Mas um problema ainda ocorre: rotineiramente são encontradas drogas. Quem traz a droga, geralmente, são as mulheres porque são mais difíceis de serem revistadas.

Agora voltamos a abordar o assunto das penitenciárias. Desta vez, o foco é a visita íntima nos presídios.



Motim em 86 revelou terror na Papuda

EXPEDIENTE

Editor-chefe: João Galvão
Editores de Arte: Emília Felix
Secretária: Ana Rita Barbosa
Editores: José Eduardo Cruz, Laio Seixas, Naiara Marques e Terra Thais
Repórteres: Gabrielle Freire, Giovanna Maria, Hugo Evaristo, Isis Aisha, Judith Aragão, Lucas Santos, Luísa Bretas, Luísa Lopes, Marina

Torres, Natália Ribeiro, Paula Évelyn, Thayssa Souza e Valquíria Homero
Fotógrafas: Joana de Albuquerque e Thais Ellen
Projeto Gráfico: Amanda Venício, Anna Luíza Félix, Bárbara Cruz, Bianca Marinho, Luíza Antonelli, Maria Paula Abreu, Matheus Bastos, Wenderson Oliveira, Raphaela Caixeta e Renan Xavier
Monitora: Ana Carolina Fonseca

Professores: Sérgio de Sá e Solano Nascimento
Gráfica: Coronário
Tiragem: 3.000 exemplares
Endereço: Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, s/n, Asa Norte, Brasília/DF, Faculdade de Comunicação, Instituto Central de Ciências - Ala Norte.
CEP: 70.910-900

Jornal-laboratório
Faculdade de Comunicação
Universidade de Brasília
jornalcampusunb1@gmail.com

POLÍTICA

POLÊMICA NO ENTORNO

O Ministério Público denunciou o prefeito de Formosa pela contratação de duas rádios sem licitação. Uma delas pertence ao político

GIOVANNA MARIA

No começo deste mês, o prefeito de Formosa, Itamar Barreto (PSD), anunciou que não irá mais concorrer à reeleição em outubro. A desistência ocorre em meio à instabilidade política no município do Entorno de Brasília, parte dela provocada por denúncias que já levaram inclusive à indisponibilidade de bens do prefeito.

Em 2013, a polícia civil abriu um inquérito para investigar supostas irregularidades em repasses altíssimos da prefeitura a duas rádios formosenses, a Rural FM e a 92 FM. Em fevereiro de 2016, o Ministério Público de Goiás, baseado no inquérito policial, denunciou à Justiça o prefeito Itamar Barreto (PSD), as duas rádios e outras cinco pessoas que trabalhavam na época na prefeitura e estavam ligadas à contratação das emissoras.

O processo é por improbidade administrativa, pois para o MP a prefeitura contratou as rádios sem o procedimento licitatório devido, sob justificativa de inexigibilidade de licitação. Isso feriria o artigo 25 da Lei 8666/1993, que proíbe essa dispensa em caso de serviços de publicidade, propaganda e divulgação.

“Constata-se que as referidas empresas, além de terem sido beneficiadas por procedimentos ilegais, receberam valores superfaturados na sua contratação”, afirma a denúncia do MP. Juntas, as duas rádios receberam em 2013 e 2014 um total de R\$ 240 mil. O total pago pela prefeitura por serviços de divulgação institucional foi de R\$ 647 mil, “valor altíssimo para a necessidade e realidade do Município de Formosa”, como consta no processo assinado pelo promotor da 6ª procuradoria de Formosa, João Paulo Cândido Oliveira.

O MP pediu a indisponibilidade de bens dos réus. O pedido foi aceito pela juíza da 2ª Vara Cível de Formosa, Marina Cardoso Buchdid. Da Rural FM, foi tornada indisponível uma moto, pois não havia dinheiro nas contas bancárias da emissora. Do prefeito, fo-

ram tornados indisponíveis três carros e aproximadamente R\$ 3 mil, que era o que havia em suas contas. Quando foi candidato em 2012, o valor declarado dos seus bens era de R\$ 7 milhões, segundo registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O vereador Soldado Caetano (PDT), da oposição, sustenta que uma das rádios beneficiadas pertence à família do prefeito. “Descobri um contrato onde constava que a rádio [Rural FM] era dele. A rádio estava no nome dele e no nome da esposa dele. Aí ele fez um subcontrato em cima disso pra passar a gestão. Na minha avaliação isso é gravíssimo, porque é praticamente querer usar um laranja pra receber pagamentos da prefeitura”.

OUTRO LADO

O prefeito Itamar Barreto afirma que a dispensa de licitação considerada ilegal pelo MP era padrão na época. “O procedimento era esse em todas as cidades. Historicamente sempre foi feito daquela forma. Depois fizemos, por orientação do Tribunal de Contas, uma outra licitação para contratar uma agência (de publicidade).”

Sobre o valor de R\$ 647 mil gastos com divulgação institucional, o prefeito explica que todo o dinheiro é para propaganda e divulgação das ações da prefeitura, como campanhas de vacinação e entrevistas dos secretários: “Todos os governos gastam bilhões de reais com propaganda.”

O prefeito confirma que, oficialmente, a Rural FM é dele, mas diz que a emissora está arrendada desde 2012, ano anterior à sua posse, e que não tem participação na rádio atualmente.

Desde o começo do ano, a imprensa em Formosa publica matérias que lançam Itamar Barreto como pré-candidato à reeleição neste ano. No dia 1º de junho, ele anunciou sua desistência. Justificou dizendo que, devido à crise econômica brasileira, precisará tomar medidas austeras e que isso é incompatível com campanha eleitoral. “Não

quero tomar medidas depois de eleito. Isso atrapalharia a conclusão dos projetos, então preferi renunciar à reeleição”, disse o prefeito ao **Campus**.

EMBATE POLÍTICO

A política, desde os seus primórdios na Grécia, sempre esteve acompanhada de conflitos, desconfianças e corrupção. Na “pólis” Formosa, cidade goiana de 110 mil habitantes localizada a pouco mais de 80 quilômetros de Brasília, a população achou sua própria forma de participar ativamente da política local, seja apoiando ou denunciando.

É em um grupo da rede social Facebook, intitulado “Desabafo do Formosense”, que o momento político da cidade se reflete. O grupo tem atualmente 18,5 mil membros e sempre conta com postagens polêmicas envolvendo a administração da prefeitura de Formosa. De alguma forma, o grupo se opõe à página oficial da prefeitura no Facebook, na qual são publicadas matérias favoráveis ao prefeito Itamar Barreto.

Um dos vereadores mais ativos na oposição ao prefeito é Wenner Patrick (PSC). Em 25 de abril deste ano, o vereador publicou uma carta aberta no “Desabafo do Formosense” com diversas acusações contra Itamar Barreto. Encerrou pedindo se o prefeito é inocente dessas acusações, que falasse à sua base aliada para votar a favor de abrir uma CPI na Câmara Municipal.

A publicação teve muita repercussão e o prefeito entrou na Justiça contra Wenner por calúnia e difamação, afirmando serem inverídicas todas as acusações presentes na carta. No dia 23 de maio ocorreu a primeira audiência de conciliação do processo, na qual Itamar pediu que o vereador publicas-



O prefeito Itamar Barreto afirmou que a Rádio Rural FM está arrendada e que não tem participação nela desde 2012

se, no mesmo grupo, uma retratação.

Wenner, por sua vez, negou o pedido. Segundo ele, “não existe retratação da verdade”. O prefeito decidiu não dar prosseguimento ao processo de difamação contra Wenner Patrick. Um dos motivos, diz Itamar, é sua desistência da reeleição para a prefeitura.

O vereador disse ao **Campus** achar que o processo do Ministério Público mostra apenas uma das inúmeras irregularidades da prefeitura de Formosa: “Existem indícios em várias áreas e, em muitas delas, o prefeito acaba assumindo uma responsabilidade solidária, porque ele não está necessariamente fazendo o ilícito, mas também não se empenha em investigar e demitir quem o faz.”

Wenner afirma que já houve tentativas de criar CPIs na Câmara Municipal para investigar algumas ações do prefeito, mas que nunca há a quantidade necessária de votos para abri-las. O vereador Soldado Caetano concorda: “Infelizmente a maioria não apoia”.

Todas essas questões são constantemente debatidas pelos moradores de Formosa no grupo online. Assim, nos dois polos desse embate, como em um templo moderno de discussão, os habitantes decidem de que lado ficar. ♦

NATÁLIA DUARTE

SEGURANÇA

O PREÇO DA VISITA

A falta de equipamentos e a demora na aprovação de leis impedem o fim das revistas íntimas nos presídios do Distrito Federal

GABRIELLE FREIRE E HUGO EVARISTO

Com a senha na mão, a podóloga Jacira Moura, 51, dá alguns passos na longa fila que encara para visitar o filho no Complexo Penitenciário da Papuda, principal presídio do Distrito Federal. Pronta para ser revista, ela espera, com os nervos à flor da pele, pelo momento mais constrangedor do seu dia de visita. A senhora de cabelos curtos e roupa branca, cor exigida pelo sistema prisional, se prepara para tirar a calça, a blusa, o sutiã e a peça mais íntima, a calcinha. A revista feita dessa forma é considerada invasiva por entidades de defesa dos Direitos Humanos.

Pelo menos dois projetos de lei que tentam acabar com as inspeções minuciosas nos presídios estão em discussão - um na Câmara dos Deputados e outro na Câmara Legislativa. A falta de equipamentos eletrônicos suficientes e eficazes, como os scanners corporais, que poderiam substituir a revista manual, também é um empecilho para mudar a situação.

O sistema penitenciário do DF dispõe de oito máquinas de Raio-X corporal capazes de identificar objetos suspeitos, mas, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública, apenas metade está em atividade e não há previsão para adquirir novos aparelhos. Nos dias de visita, a Papuda recebe cerca de cinco mil familiares de detentos. O único raio-x disponível na unidade não consegue atender a demanda.

Por isso, a podóloga Jacira Moura fica sob o olhar atento de uma agente penitenciária. Ela levanta os seios, sacode os cabelos e abre a boca para mostrar que não carrega nada suspeito. Liberada, ela vai ao encontro do filho, preso por assaltar um ônibus em setembro do ano passado. “Não tem como me acostumar com essa rotina. E ainda preciso passar pela humilhação

de ficar pelada para ver meu filho”, desabafa.

Nos presídios do DF é protocolo de segurança que homens e mulheres de todas as idades se sujeitem ao procedimento de revista íntima. O Projeto de Lei Distrital nº266/2015, apresentado pela deputada Sandra Faraj (SD-DF), tramita na Câmara Legislativa, sem previsão de ser votado, com a proposta de que tanto visitantes quanto aprisionados sejam isentos do constrangimento das vistorias minuciosas.

Em nível federal, o projeto de lei proposto por membros da sociedade civil também busca dar fim à revista íntima. O texto apresentado em setembro de 2014 pela senadora Ana Rita (PT-ES) foi aprovado por duas comissões da Câmara, mas está parado há quase dois anos na Comissão de Segurança Pública da Casa. Apesar do entrave, ainda há expectativa para que a proposta avance, já que tem apoio do governo federal. “Temos a esperança que em 2016 a gente consiga um marco federal para este tema”, afirma a coordenadora da Secretaria Nacional

de Políticas para as Mulheres, Gabriela Ferraz.

Seria um alívio para o autônomo Roque S., 44, se ele pudesse visitar o irmão na Papuda sem passar pelos agentes penitenciários que o observam nu. Depois de entregar as roupas para revista, ele se senta em um banco detector de metal para finalizar a inspeção. “Termos que passar por tudo isso é uma humilhação muito grande. Parece que a família acaba sendo mais culpada do que o próprio preso”, afirma.

No Brasil, atualmente dez estados proíbem a revista íntima nos presídios: Ceará, Pernambuco, São Paulo, Mato Grosso, Pará, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraíba. Nos três últimos estados as inspeções ainda ocorrem em casos específicos. Para a coordenadora Gabriela Ferraz, a prática é constrangedora e viola gravemente os direitos humanos: “O sistema prisional está tentando se resguardar, mas ao mesmo tempo existe uma humilhação desnecessária”.

Apesar dos questionamentos sobre a prática, a ideia de pôr fim às

revistas enfrenta resistência, principalmente, de quem trabalha no sistema carcerário. O presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sindpen-DF), Leandro Allan Vieira, alega que sem a revista não é possível manter o controle do que entra e sai dos presídios. “A partir do momento em que deixamos de fazer uma revista detalhada nos visitantes e nos presos, existe uma probabilidade muito maior de entrar objetos ilícitos”, afirma.

A categoria argumenta que mais urgente é a melhoria da estrutura do sistema penitenciário. “Se não houver investimento na compra de equipamentos eletrônicos, na contratação de servidores, criação de vagas e na criação de políticas públicas efetivas para ressocialização, não existe mudança”, destaca o presidente do Sindpen.

A cada 15 dias, antes de se preparar para sua rotina como atendente em uma lanchonete em Ceilândia, Cristiane Silva, 29, vai à Papuda visitar o marido que aguarda em regime fechado a sentença do crime que cometeu. Em quase um ano de visitas, ela nunca passou pela análise do raio-x corporal, e durante todo esse tempo já colecionou muitas experiências negativas. “Nós sabemos que alguns levam coisas erradas, mas não são todos. O ideal seria que todos passassem pela máquina”, conta.

Em regiões como São Paulo, onde a revista manual é proibida, a alternativa tem sido um equipamento moderno, chamado Body Scan. Considerado mais eficiente que o Raio-X Corporal, o aparelho detecta em aproximadamente 40 segundos qualquer tipo de elemento camuflado sob roupas, calçados e no interior do corpo. O custo com a compra e manutenção de cada máquina desse tipo pode chegar a R\$ 19 mil por mês. ♦



JOANA DE ALBUQUERQUE

A falta de equipamentos de raio-x dificulta e constrange na hora de fazer a revista íntima nos visitantes do complexo da Papuda

COMPORTAMENTO

MAQUIAGENS PARA NEGRAS

Mesmo com 53% da população se declarando preta e parda, esse público ainda tem dificuldade para encontrar bases apropriadas

LUÍSA LOPES E THAYSSA SOUZA

Para aqueles que são adoradores de uma bela maquiagem, a base é um produto estético que pode vir em formato de creme ou pó e tem função de disfarçar algumas imperfeições e uniformizar o tom da pele. As denominações dadas à base variam de acordo com as marcas do produto e costumam remeter à tonalidade de cada uma. São comuns os nomes bege (claro, médio e escuro), castanho (médio e escuro), caramelo e bronze, mas há também sândalo, avelã, chocolate, café e mocha, além de outros.

Usando como ponto de partida essas denominações e também a observação das tonalidades, o **Campus** fez um levantamento das bases de 10 diferentes marcas produzidas no Brasil. No total, foram analisadas 354 cores de base. O resultado demonstrou que 119 (34%) servem para peles pardas e 22 (6%) para peles pretas. São percentuais que não correspondem à variação de cores da pele dos brasileiros.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabiliza a diversidade da brasileira por meio do

critério da autodeclaração e divide a população em cinco grupos: branco, pardo, preto, amarelo e indígena. Segundo o Instituto, 53% da população se declara negra, termo que equivale à junção de preta com parda.

O tema é muito polêmico, mas de acordo com debates realizados por pesquisadores do próprio IBGE, uma pessoa preta seria aquela que se enxerga com uma cor mais escura, enquanto a parda possui uma nuance

“Difícilmente encontramos bases apropriadas, na maioria das vezes elas nos deixam cinzas”

mais clara. A jornalista Glória Maria, por exemplo, está nessa classificação, que figuraria como uma mulher de cor preta, enquanto a atriz Débora Nascimento seria de cor parda.

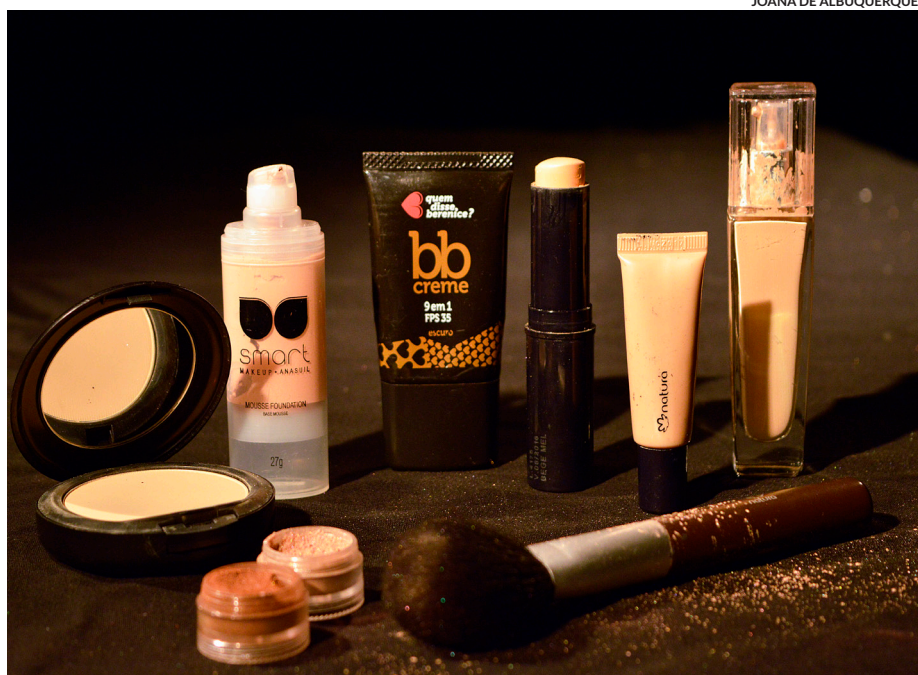
Mulheres negras reforçam o resultado do levantamento do **Campus**.

JOANA DE ALBUQUERQUE



HAY TORRES

Hidratante e até Photoshop são usados para uniformizar o tom da pele de pessoas negras



Levantamento do **Campus** aponta que apenas 6% das bases são feitas para pele preta

“Difícilmente encontramos bases apropriadas, visto que na maioria das vezes nos deixam cinzas”, relata a modelo Nayce Samara. Virgilândia Sousa, que é negra e revende produtos de beleza, diz que ela e suas clientes também têm dificuldades em encontrar a base certa. “Mesmo existindo uma base que se refere à cor da pessoa, quando se experimenta o resultado é desastroso.” A universitária Julia Sá também sofre. “Acabo tendo que adaptar as minhas maquiagens, ou utilizando hidratantes com cor ou até mesmo fazendo com que os contornos se tornem a minha base, o que não é o ideal”.

O fotógrafo Hay Torres, especialista em books de modelos negros, reforça o resultado do levantamento do **Campus** e afirma que muitas vezes é difícil achar uma base para negras usarem em

ensaios fotográficos. “No Brasil, temos muitas peles negras”, lembra. Ele conta que às vezes chega a usar Photoshop para tentar amenizar a falta de uma base adequada para as fotografadas.

O **Campus** procurou as empresas responsáveis pelas marcas analisadas. O Grupo Boticário, em nota, afirmou que realiza pesquisas sobre os tons de pele dos brasileiros e apontou a linha Make B Base Color Adapt, que “combina perfeitamente com cada tom de pele”. As demais empresas ou não responderam ou sugeriram pesquisas em seus sites. O Brasil é hoje o terceiro mercado global em produtos de beleza, atrás somente da China e dos Estados Unidos. Em 2014, esse mercado movimentou R\$ 101,7 bilhões em 2014, segundo a Associação Brasileira de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. ♦

OLIMPÍADAS

INVESTIMENTO DE OURO

Bolsa Atleta atende maior parte dos esportistas classificados para os Jogos de 2016, mas especialistas apontam que investimento no esporte ainda precisa melhorar

PAULA ÉVELYN

“No início da minha carreira, eu só recebia Bolsa Atleta. Foi o pontapé inicial da minha independência financeira. Hoje tenho patrocinadores, mas no começo contava só com o programa”, revela o campeão brasileiro de saltos ornamentais Hugo Parisi. Beneficiário da bolsa desde 2005, ano do início do programa, ele conta que essa é uma garantia importante para o atleta. Parisi fez parte dos primeiros 975 atletas contemplados com o benefício. Na época, a iniciativa recebeu investimento de R\$ 1,5 milhão. Já em 2015, 131 atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas e outros 1.001 de outras modalidades foram contemplados, num investimento de R\$ 99 milhões.

Instituído pela lei 10.891 de 2004, o Bolsa Atleta é um apoio financeiro destinado prioritariamente a esportistas de alto rendimento em modalidades olímpicas e paralímpicas. De acordo com nota do Ministério do Esporte, “a iniciativa é pioneira no país e é considerada o maior programa de patrocínio individual e direto do mundo”.

Apesar dos investimentos milionários no Bolsa Atleta, sobretudo com

a chegada dos Jogos do Rio, atletas e especialistas em esportes consideram que o poder público poderia atuar mais no setor. Esse é o caso de Fabiana Beltrame, atleta olímpica do remo, que levou a medalha de prata nas duas últimas edições dos Jogos Pan-Americanos. “O Bolsa Atleta é um bom aliado para a compra de material esportivo e suplementos, mas acho que o apoio deveria ir além, com mais estrutura para os atletas e mais incentivo à prática esportiva para crianças.”

O jornalista José Cruz, que atuou na cobertura esportiva por 30 anos, concorda: “Os atletas mais contemplados são os que estão em níveis avançados, além de receberem outros incentivos”. Cruz questiona se compete ao Estado financiar o atleta de alto rendimento. “Não seria melhor que o maior investimento fosse feito nos atletas das categorias de base?”, indaga.

Os apontamentos feitos por Beltrame e Cruz têm respaldo em relatório sobre o esporte de alto rendimento feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2011. Segundo o documento, em 79% das escolas públicas de nível fundamental e médio são

realizadas atividades lúdicas nas aulas de Educação Física em vez de práticas esportivas. O relatório aponta ainda que “o atleta das modalidades olímpicas só começa a ter direito à bolsa quando atinge um nível de excelência, o que deixa o atleta de base descoberto, que normalmente é o mais necessitado financeiramente”.

O valor do benefício varia de R\$ 370 a R\$ 15 mil mensais, a depender do nível do esportista. As bolsas da categoria pódio, a mais elevada, foram instituídas somente em 2011. Os recursos destinados a esses atletas foram incrementados com o Plano Brasil Medalhas, que visa colocar o país entre os dez primeiros colocados nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos do Rio.

Para Cruz, também falta uma política nacional do esporte. No entanto, ele aponta que a vinda da Olimpíada para o Brasil pode mudar essa situação. “Como legado dos Jogos creio que teremos mais interesse no esporte e isso deve contribuir para a mudança de atitude das autoridades sobre o investimento no setor”, diz o jornalista.

RESULTADOS

Apesar dos desafios para o esporte, o Bolsa Atleta tem apresentado bons resultados ao longo dos anos e contribuído para o incremento da participação de brasileiros em competições mundiais. Segundo informações divulgadas pelo Ministério do Esporte, das 141 medalhas conquistadas pelo Brasil nos Jogos Pan-Americanos de Toronto, 121 são de atletas e equipes que recebem bolsas do governo federal.

Os resultados alcançados pelo Brasil nessa competição foram usados pelo ministério para medir o impacto da Bolsa Atleta, pois essa foi a principal competição multiesportiva de 2015 para as equipes que vão disputar os Jogos do Rio. Até o fechamento desta edição, dos 126 atletas já confirmados para os Jogos Rio 2016, 108 são beneficiários do programa.

Segundo o coordenador do núcleo de esporte da Faculdade Ateneu, José Rezenito Júnior, “um atleta de alto desempenho precisa de condições alimentares e estruturas de treinos que o projete para as vitórias. O incentivo da bolsa garante esse mínimo de estrutura”, afirma o especialista.

INVESTIMENTOS

No Plano Brasil Medalhas, além do governo federal, empresas estatais apoiam os atletas de modalidades coletivas olímpicas e paralímpicas. O Plano viabilizou R\$ 1 bilhão adicional para que os atletas se preparassem para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

De acordo com Hugo Parisi, que já obteve 138 medalhas de ouro, o esporte deveria ter mais apoio da iniciativa privada. “O governo faz muito mais que a parte dele e a iniciativa privada deixa a desejar. Sou bem atendido, além da bolsa, tenho patrocínio dos Correios e do Banco de Brasília, mas há muitos outros atletas que não são. Por isso, acredito que deveria haver mais investimentos, principalmente, em projetos de grande porte e não só em atletas específicos.”

Sobre o assunto, a atleta de *mountain bike* que representará o Brasil pela primeira vez nas Olimpíadas, Raiza Goulão, diz que alguns segmentos esportivos ainda não alcançaram grande público, o que dificulta os patrocínios privados. “Agora que estamos saindo do mundo do futebol e vendo outros esportes, mas esse é um processo lento que resulta em descaso com os demais esportes”, comenta.

Para Raiza Goulão, o futuro dos esportes no Brasil também tem outros desafios a serem superados. “Muitas vezes tive que fazer investimentos do meu próprio bolso e o Bolsa Atleta ajudou pouco, pois o *mountain bike* é um esporte em que usamos equipamentos caros. Mas o meu maior medo é se realmente poderemos contar com toda essa ajuda após a Olimpíada”, analisa a atleta olímpica. ♦



Parisi (à direita) é o atual campeão brasileiro de Saltos Ornamentais na plataforma de 10m

JOANA DE ALBUQUERQUE

ATLETAS INVISÍVEIS

Esporte paralímpico só cresce, mas financiamento privado é tímido. Brasil subiu 30 posições no quadro de medalhas desde 1992

JUDITH ARAGÃO

A atleta paralímpica Jenifer Martins dos Santos teve paralisia cerebral no parto. Praticante de salto à distância, a pernambucana conta que o mais próximo que chegou de um patrocínio privado foi aos 14 anos. “Cheguei a ganhar material da Olympikus, mas parou por aí. Me deram sapatilha, roupas”, relata Jenifer, beneficiária do Bolsa Atleta.

Essa dificuldade de obter patrocínio também é relatada por outros atletas. Diogo Sousa, que integra a seleção brasileira paralímpica de tiro com arco, diz já ter procurado investimentos privados. “Eu tento muitos patrocínios, mas recebo muitos ‘nãos’”, comenta.

Mesmo sendo patrocinada pela Caixa Loterias, Shirlene Coelho, atleta paralímpica de lançamento de dardo, sabe das dificuldades enfrentadas por colegas. “Muitas empresas não patrocinam atletas paralímpicos porque não têm conhecimento e não acreditam no esporte, não acreditam no atleta”, afirma. Ela também possui paralisia cerebral desde seu nascimento e já participou de duas edições de Jogos Paralímpicos. A primeira edição foi em Pequim em 2008, onde conquistou sua primeira medalha de prata. Em 2012, Shirlene quebrou o recorde mundial em Londres e faturou sua primeira medalha de ouro.

Um atleta paralímpico que foge à regra da timidez dos patrocinadores particulares é o nadador Daniel Dias. Ele tem má formação congênita nos membros superiores e na perna direita. Recordista mundial, deu um show nas paralimpíadas de Londres, faturando seis medalhas de ouro e duas de prata. Em 2015, no Parapan de Toronto, Canadá, conquistou oito medalhas de ouro. Ele conta com 12 patrocínios, sendo nove deles de empresas privadas. A mensagem dele é clara: “Espero que com o advento dos Jogos Paralímpicos Rio 2016, fique um legado de que os atletas paralímpicos também são atletas de alto rendimento”, afirma o nadador, que está na terceira paralimpíada.

OUTROS INCENTIVOS

De forma indireta, ao atletas paralímpicos também são beneficiados por recursos que não provêm de patrocínios individuais nem do Bolsa Atleta. O publicitário Edoardo Lazzaretti, que trabalha na diretoria de marketing do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), conta que o órgão começou a andar com as próprias pernas a partir da criação da lei de captação de recursos para o desenvolvimento desportivo brasileiro. “Antes, a gente sempre vivia de patrocínios pontuais”, afirma.

A lei 10.624, conhecida como Lei Agnelo/Piva, foi criada em 2001 e prevê que 2,7% da arrecadação bruta das loterias federais sejam destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao CPB. Do total desse valor, 85% é destinado ao COB e os 15% restantes vão para o CPB. É um recurso que não chega diretamente ao atleta beneficiário, mas que é repassado para as con-

federações, que adequam o valor de acordo com as necessidades de cada modalidade. A segunda maior fonte de renda do CPB provém da Caixa Econômica Federal, que fornece um patrocínio anual entre as modalidades e ainda investe individualmente em 63 atletas com bolsas.

“Muitos atletas conseguem viver graças à Bolsa Pódio, à Bolsa Atleta e ao patrocínio da Caixa. Quem não consegue isso precisa dividir sua carreira entre a modalidade paralímpica e trabalho remunerado, como outra fonte de renda.” Lazzaretti afirma que, quando se investe no atleta paralímpico, o resultado é sempre positivo. “Ele rapidamente devolve esse investimento, que são as medalhas. Há a divulgação da marca, e o atleta está lá, com ouro no pódio com a marca no evento.”

Hoje o CPB conta com a primeira empresa privada a investir na modalidade de atletismo, a Braskem. Em de-

corrência dos Jogos Olímpicos, o CPB tem sido procurado por um número maior de empresas particulares. “A PNG e o Bradesco estão dando um suporte agora como patrocinadores dos jogos, por exemplo.” ♦

RESULTADOS

O Brasil subiu da 37ª posição nas Paralimpíadas de Barcelona em 1992 para o sétimo lugar no ranking geral em Londres, em 2012. Um salto de 30 posições em cinco Paralimpíadas. O número de medalhas de ouro conquistadas subiu de duas, em Barcelona, para 21 em Londres e o número total de medalhas saltou de sete para 43. O Brasil participou de 10 edições de Jogos Paralímpicos e conquistou, 46 medalhas de ouro, 164 no total.

JOANA DE ALBUQUERQUE



Sem equipamentos apropriados, Shirlene Coelho treina arremesso com garrafa d'água, em vez de dardo

ESPERANÇA NOS TURISTAS

Governo e ambulantes têm expectativa de aumento de turistas e melhora nas vendas durante os Jogos Olímpicos. Comércio formal e setor hoteleiro mantêm cautela

LUCAS SANTOS

“Vai dar muito turista, certeza. Espero, no mínimo, 80% no aumento das vendas. Está muito ruim o comércio, até em final de semana.” Essa é a perspectiva da proprietária de uma banca na Feira da Torre de TV Carla Cristina Martins com a realização das partidas de futebol da Olimpíada.

Depois de ser uma das 12 cidades-sede na Copa do Mundo de futebol e receber sete partidas, a capital federal será parte do maior evento esportivo do mundo. Dez jogos estão agendados para ocorrer no Estádio Nacional Mané Garrincha: três partidas de futebol feminino e sete da modalidade masculina.

A proximidade dos jogos faz com que os lojistas mantenham um misto de animação e dúvida sobre uma melhora nas vendas. Muitos esperam que o movimento seja similar ao de 2014, quando turistas, nacionais e estrangeiros, tomaram conta da capital.

Vizinha ao estádio, a Feira da Torre de TV possui diversas bancas de artesanato, lembranças e alimentação, o que torna o local um ponto de encontro para os torcedores, e ajuda a impulsionar os negócios. Proprietário de um restaurante na feira, Luis Júnior da Costa lembra de 2014 e espera repetir o sucesso este ano: “Aqui, na Copa do Mundo, arrebentou a boca do balão. Todo mundo vendeu e não teve confusão nenhuma”.

O secretário adjunto de Turismo, Jaime Recena, acredita que receber os jogos de futebol será muito positivo para Brasília. Para ele, o número de turistas que assistirão às partidas na capital será superior ao de 2014, devido a fatores como o número de delegações participantes e o tamanho dos jogos. Segundo dados divulgados pela Secretaria de Turismo (Setur), 630 mil visitantes estiveram na capital durante o mundial e movimentaram cerca de R\$ 1,3 bilhão.

“A gente sabe que o evento Olímpica é muito maior que a Copa do



Feira da Torre de TV funciona como concentração dos espectadores por ficar a cerca de 800 metros do estádio

Mundo, vamos receber mais jogos aqui na cidade, vão ter seleções hospedadas aqui. Isso também contribui para que o público venha nos visitar”, afirma o secretário. “É um evento único, uma oportunidade única em termos de visibilidade, com custo muito pequeno.” De acordo com a Setur, o Distrito Federal terá despesas apenas com as estruturas provisórias que serão montadas ao redor do estádio.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio), Ademir Santana, também é otimista. Reconhece o potencial do evento e afirma que setores como hotelaria, bares, restaurantes, comércio de rua e alguns shoppings vão ser beneficiados e ter um crescimento superior a 10%. “As Olimpíadas têm mais presença de público porque as modalidades são diversas. O Rio de Janeiro com certeza explodi-

rá, mas, de qualquer modo, o esporte futebol mexe muito com torcidas e eu creio que vá se repetir o fenômeno que ocorreu na Copa do Mundo.”

Apesar do otimismo do secretário e dos comerciantes, o Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal (Sindivarejista) não acredita que as vendas sejam muito ampliadas, pois trabalha com um crescimento de 3% nas vendas do segmento esportivo. Já o presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Cleber Pires, considera que, mesmo com o clima de incerteza, “não deixará de ser o momento de alavancar a venda com turistas”.

O guia turístico João Lourenço trabalha há 45 anos na área e é mais cauteloso nas previsões. Para ele, os turistas terão uma passagem “relâmpago” por Brasília. “Não vai ter muito turista, vai ter grupo que vem de ônibus, dá uma volta e vai embora.” Para

João, muitos turistas virão de cidades próximas e não devem ficar hospedados para conhecer a capital devido ao alto preço dos hotéis.

Um levantamento realizado pelo **Campus** indica que os hotéis do centro de Brasília não estão com expectativa elevada para o período dos Jogos Olímpicos. As reservas, por enquanto, estão baixas. A taxa de ocupação esperada para o período varia entre 50% e 80%, distante da lotação máxima, que ocorreu durante o mundial de futebol. Para uma gerente de uma rede hoteleira do centro de Brasília, as reservas devem aumentar no fim de julho.

Diante de tantas incertezas, Jocélio da Silva, comerciante da feira da Torre de TV, mantém o otimismo e torce para que muitos visitantes venham assistir às disputas e ajudem o comércio local: “O público vem de fora, e a melhora é garantida”. ♦

BEM-ESTAR

TABU ESTÉTICO

Mulheres insatisfeitas com a aparência da região íntima recorrem à ninfoplastia, e o procedimento se populariza no Brasil

NATÁLIA RIBEIRO

O brasileiro está no segundo lugar no ranking mundial de quem mais entra no bisturi, perdendo apenas para os EUA. Até 2013, o país era líder em números de cirurgia plástica. As mulheres comentam frequentemente o desejo de colocar silicone e de fazer lipoaspiração e rinoplastia, mas ainda são um tabu as chamadas cirurgias íntimas, como a ninfoplastia ou labioplastia — redução dos pequenos lábios vaginais — que também vêm crescendo no Brasil. Para se ter uma ideia, só em 2014, 15.812 mulheres brasileiras realizaram esse tipo de cirurgia, quatro vezes mais que em 2011. Mesmo com o crescimento, o número ainda não chega nem aos pés da quantidade de implantes de silicone: 185.042 só em 2014. Os dados são da pesquisa intitulada ‘Global Statistics on Cosmetic Procedures’, realizada pela Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (Isaps).

Não existe uma definição anatômica sobre o tamanho apropriado dos pequenos lábios, mas há, como padrão, o conceito de que devem estar cobertos pelos grandes lábios. Quando isso não acontece, a cirurgia pode ser feita. De acordo com a ginecologista Renata Furtado, no entanto, a ninfoplastia ainda não é tão comum. “Muitas mulheres vivem com vergonha constante na vida sexual, mas não sabem que é possível mudar a estética da vagina”, conta Renata, salientando que o incômodo causado pelos pequenos lábios hipertrofiados vai além da estética: “Há mulheres que não conseguem nem colocar uma calça jeans apertada. Nesses casos, a cirurgia é crucial.” A hipertrofia pode ocorrer por vários fatores, entre eles genética, excesso de hormônios da puberdade e uso de anabolizantes.

J.A., estudante de 21 anos, fez a cirurgia de ninfoplastia há três anos. Ela conta que antes do procedimento sentia muitas dores para malhar, andar de bicicleta e sentar de calça jeans. “Procurei um ginecologista e ele me disse que diminuiria [os pequenos lábios],

mas não ficaria bonito. Então resolvi procurar um cirurgião, pois, já que eu teria que enfrentar o procedimento, melhor que ficasse bonito também”, explica. Segundo ela, o pior da cirurgia é o pós-operatório. “A cirurgia é feita com anestesia local, demora só duas horas. O problema é que tem que ficar de repouso por uma semana, fazendo xixi em pé, colocando gelo de duas em duas horas e gazes molhadas no local. Abstinência de sexo por três meses.” O plano de saúde de J.A. cobriu uma parte do procedimento, que custava R\$ 3 mil. Ela teve que pagar R\$ 1,9 mil. O cirurgião crê que os pequenos lábios da jovem cresceram muito devido ao hormônio de crescimento que ela tomou quando era criança.

É possível também fazer a cirurgia na rede pública de saúde. O SUS possui em sua tabela de procedimentos cirúrgicos a reconstrução vaginal, que só é autorizada em casos muito severos, como problemas de nascença, traumas, acidentes, deformidades, dermatites, inflamações e outras doenças que possam comprometer a vagina. Sendo assim, se o caso não for tão grave ou for somente estético, a opção é realizar o procedimento pelo convênio médico ou com médicos particulares.

C.R., 21 anos, fez a ninfoplastia pelo SUS quando tinha 16 anos. “Quando eu colocava biquíni, aparecia”, disse. Ela diz que cresceu sem saber que as vulvas poderiam ser diferentes umas das outras. Quando ela mostrou a região íntima para a mãe, teve a confirmação de que algo estava errado. “Minha mãe disse: realmente, é diferente.” C.R. teve que dormir no hospital na primeira noite, pois passou mal depois da anestesia. “A recuperação, no entanto, foi melhor do que eu pensava. Fiz a cirurgia na quinta-feira. Na segunda, já estava indo para a aula.”

Para a psicóloga Beth Mori, a mulher, que sempre foi o principal alvo da indústria de cirurgias plásticas, tem hoje em dia mais facilidade de falar de suas inquietações e, com isso, procurar

OUTROS TIPOS DE CIRURGIAS ÍNTIMAS

Redução do monte de Vênus: quando há proeminência na região acima dos órgãos genitais, é possível realizar uma lipoaspiração ou ressecção da pele.

Redução dos grandes lábios vaginais: indicada para pacientes com excesso de pele e flacidez nos grandes lábios.

Himenoplastia: é a cirurgia que reconstrói o hímen após seu rompimento, através de junção dos fragmentos dele.

Clitoroplastia: redução do volume do clitóris ou aumento da sua área de exposição, com preservação das terminações nervosas do órgão.

ajuda médica — seja ela psicológica ou física. “Precisamos lembrar que o corpo feminino sempre causou forte impacto nos homens.” Beth ainda diz que, na subjetividade feminina, percebe-se a estranheza experimentada diante do espelho, marcada pelas feições em transformação ao longo da vida. “Cresce a procura por cirurgias plásticas, dermatologistas, nutricionistas, personal trainer. Na correção dos excessos, em busca da perfeição”, afirma.

O cirurgião plástico Juan Pedro reforça a importância de se ter cuidado com os procedimentos puramente estéticos. “Para um adolescente, faz todo sentido realizar certo procedimento em um determinado momento da vida, mas, no futuro, ele pode se arrepender disso, porque os valores mudam.” Segundo ele, os padrões de beleza influenciam na decisão das mulheres, mas devem ser vistos como momentâneos. “A busca pela beleza deve ser feita com moderação. Hoje em dia, no entanto, já se tem o conhecimento de que certos procedimentos cirúrgicos não são futilidades e, sim, muito importantes para a autoestima.”

A modelo Geisi Arruda — que ficou conhecida por ter sido hostilizada pelos colegas de universidade, em São Paulo, após usar um vestido considerado curto — fez a labioplastia e afirma que se sentiu muito feliz com o resultado. “Me tornei muito mais segura,

confiante, muito mais apaixonada pelo meu corpo.” Ela diz que não se sente pressionada para estar dentro dos padrões de beleza. “Gosto de me olhar no espelho e me sentir bem. Já se passaram seis anos do acontecido na faculdade, e eu me reergui.” Geisi fez a labioplastia há quatro anos. Ela conta ter ajudado algumas outras mulheres que tinham o mesmo problema e confessa: “Isso atrapalhava a minha vida sexual. Eu me sinto na obrigação de falar desse tema para todos.” Geisi afirma não precisar mais de outras cirurgias íntimas, pois está muito satisfeita com o resultado da ninfoplastia.

R.P., 20 anos, fez a cirurgia aos 17, quando, olhando fotos de mulheres nuas, percebeu que sua região íntima era diferente. Ela acredita que tenha desenvolvido muito os pequenos lábios devido ao excesso de hormônios da puberdade. “O lado direito dos pequenos lábios era maior que o esquerdo.” A cirurgia foi realizada em uma clínica particular no Sudoeste, e custou R\$ 1,8 mil. Para ela, o pós-operatório não é nada agradável. “Quando eu ia fazer xixi, ficava toda molhada. Quando eu ia fazer minhas necessidades, achava que os pontos iam arrebentar.” Ela conta que passava uma pomada cicatrizante e fazia banhos de assento. “Não me arrependo. Faria de novo se precisasse com certeza, mesmo que fosse apenas estético.” ♦

TECNOLOGIA

LARES SOLIDÁRIOS

Aplicativo permite a pessoas LGBTs que foram expulsas de casa por causa do preconceito encontrarem lugar para morar

LUISA BRETAS

Quantos jovens são expulsos de casa por serem LGBTs? Para onde vão e quem pode lhes dar amparo? Pensando nessas questões, um grupo de estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) criou o Mona Migs.

Mona Migs é uma plataforma online que conecta pessoas que foram expulsas de casa por LGBTfobia àquelas que estão dispostas a acolhê-las. A iniciativa começou no Startup Weekend realizado na UFPE, evento que exigia que um grupo de estudantes criasse uma startup em 54 horas.

Foi quando Bárbara Lapa, Wallace Soares, Mateus Bolsoni, Nathalia Paiva, Alessandra Pereira, Felipe Figueirôa, Pedro Magalhães e Viviane Barros decidiram colocar a ideia em prática. O grupo procurou Maria Do Céu, que é ativista, dona da boate Clube Metrôpole e conhecida como a “madrinha LGBT” de Recife, para conhecer o aplicativo e dar sua opinião e suporte na execução do projeto.

Maria apoiou a ideia e os colocou em contato com um amigo também ativista, que trabalha no Ministério Público de Pernambuco, para ele cuidar de questões jurídicas caso um menor precise de abrigo.

Atualmente, a plataforma está em fase de teste com previsão para começar a funcionar dentro de dois meses, inicialmente apenas em Recife, para facilitar o controle. “Nos primeiros casos, decidimos que vamos visitar as pessoas que resolveram acolher”, explica Bárbara Lapa.

No site monamigs.co, você pode se cadastrar se deseja acolher alguém ou se precisar de ajuda e mandar um relato para publicação, anônima ou não, na página do Facebook do aplicativo.

A questão da segurança é um ponto importante para os criadores do projeto. No cadastro é requerido o CPF de quem se oferece a acolher. Desta forma, é possível checar a ficha criminal da pessoa. Além disso, eles trabalham com um psicólogo para saber quais perguntas devem ser feitas a quem quer acolher e a quem foi expulso, para dar o amparo necessário.

O sistema da plataforma funcionará como um *couchsurfing* – espaço no qual milhões de usuários se cadastram para receber estrangeiros em sua casa e se hospedar no exterior – em que as pessoas se conhecerão online. Bárbara afirma que será usado o mesmo modelo de segurança do *couchsurfing* que consiste em disponibilizar recomendações aos usuários, como marcar encontros apenas em locais públicos.

Maria Do Céu é cadastrada no novo site e passou pela experiência de hospedar uma vítima do preconceito. “Você não deve ficar sob o domínio de um opressor. É muito difícil para os jovens se virarem nas ruas, eles acabam caindo no mundo das drogas, da prostituição. Sempre temos que dar apoio a esses jovens.”

Maria acolheu Victor Hugo Bione, também de Pernambuco, que é amigo de sua filha Vitória e foi expulso de casa aos 14 anos, quando sua mãe descobriu sua homossexualidade. No carnaval de 2015, ele recebeu uma ligação de sua mãe aos berros e chorando. “Ela disse que tinha acontecido algo horrível e que estava muito decepcionada. Na

mesma hora, liguei os pontos”, conta. Ao chegar em casa, Victor foi agredido e trancado no quarto. A mãe dizia que ele deveria partir no mesmo dia, mas antes o obrigou a dizer sua orientação sexual ao pai, que é separado.

“Era uma coisa que eu tinha muito medo de fazer. Meu pai é coronel aposentado da polícia militar. Não tive coragem de ligar, então mandei uma mensagem”, lembra. Para sua surpresa, a reação do pai foi acolhê-lo dizendo que o amava e estaria ao seu lado, o que emocionou Victor e irritou a mãe.

Por questões financeiras, teve que continuar morando com a mãe. “Foram os piores dias, semanas e meses da minha vida. Ela chegava a me expulsar três a quatro vezes no mês. Eu dormia na casa de amigos, mas às vezes passava a noite na rua.”

**“Eu vi o amor das pessoas.
Eu vi que as pessoas
gostam de mim pelo que
eu sou”**

Victor Bione

Maria Do Céu entrou por definitivo na vida de Victor quando Vitória contou à mãe tudo o que estava acontecendo com o amigo e a ativista decidiu então dar um basta na situação: “Ele vem aqui para casa”.

Victor morou com Maria Do Céu, que chama carinhosamente de “Mamy”, por cinco meses, até seu pai conseguir se estabilizar novamente e finalizar a construção da casa em que moram hoje. “Eu sou extremamente grato à vida por tudo que aconteceu. Pode parecer estranho falar isso, porque passei por situações horríveis, agressões físicas e morais pesadas, minha mãe biológica me desertou, mas eu conheci o amor de verdade. Família não é sangue, é amor e cuidado, e foi isso o que Mamy e seus filhos me deram. Eu não sei o que seria de minha vida sem a Mamy.”

Victor Bione acredita no potencial do aplicativo e pretende se inscrever para hospedar quem necessite. “Espero que vingue a ideia, porque muitos precisam. As pessoas não têm noção de quantos gays são expulsos de casa todos os dias”, afirma.

Casos de denúncia contra LGBTs registrados em Pernambuco aumentaram em 51,61% em 2015, comparado ao ano anterior, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos. “A violência não é pontual, ela está no país todo. O papel do aplicativo Mona Migs é muito importante, temos que ir construindo, fazendo, e unidos vamos ganhando”, afirma Maria.

NO DISTRITO FEDERAL

Segundo dados de denúncias feitas pelo Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos, o DF registrou 39 denúncias de preconceito contra LGBTs em 2015. Nos primeiros quatro meses de 2016, foram registradas nove.

Uma estudante de 20 anos, que saiu da casa dos pais no interior para estudar em Brasília, foi mais uma vítima do preconceito. Ela se viu obrigada a sair da república da tia por namorar uma menina. “Eu já estava me preparando há uns meses. Minha tia nunca teve coragem de falar para eu sair, mas vi todo o processo acontecendo e saí de lá”, lembra.

A namorada dela, de 27 anos, que é professora particular de matemática, também saiu de casa. “Minha mãe aceitou muito bem, o problema sempre foi o meu pai. Não cheguei a ser expulsa, mas as coisas caminhavam para isso. Então, para não prejudicar a família, resolvi sair”, explica.

Elas são companheiras e atualmente moram juntas. As duas contaram com ajuda de amigos para encontrar um novo lar. A professora aprova a ideia do aplicativo, mas tem ressalvas: “Acho que o aplicativo é muito útil, mas também é preocupante, porque não conseguimos confiar em todas as pessoas, ainda mais desconhecidas”. ♦

ARQUIVO PESSOAL



Victor Bione foi expulso de casa aos 14 anos

CULTURA

PARA VER O QUE DIZEM

Alunos surdos produzem vídeos que abordam o machismo. Iniciativa faz parte de projeto de extensão da UnB

ISIS AISHA E VALQUÍRIA HOMERO

Sem o uso de sons ou legendas, cinco curtas de animação para discutir o machismo estão sendo produzidos pelo Círculo de Cultura Surda, projeto de extensão da UnB que promove há mais de dez anos o protagonismo de alunos surdos da Escola Bilíngue Libras e Português Escrito de Taguatinga na produção cultural. Os vídeos, que serão exibidos durante um mês nas telas do metrô do Distrito Federal, devem atingir um público de 70 mil espectadores e têm como principal objetivo incentivar todas as mulheres a combater a desigualdade de gênero.

“Os homens devem entender que as mulheres merecem respeito e têm direito de igualdade”, afirma Fernanda Cristina, aluna da escola bilíngue. “Tomara que esse vídeo que estamos fazendo mude as ideias deles”. Ano passado, o Distrito Federal registrou o maior número de atendimentos no Ligue 180, que recebe denúncias de violência de gênero, segundo balanço da Central de Atendimento à Mulher.

Não foram encontrados números específicos quanto a denúncias de violência contra mulheres surdas, que enfrentam mais barreiras na hora de comunicar uma agressão. “A surda tem muita vergonha, se sente acanhada. Precisa falar pela língua de sinais, e não quer se sujeitar a isso”, afirma Dheivid

Roger, um dos integrantes do projeto. O rapaz já se formou em Agronomia, mas continua participando do Círculo, que é aberto a todos os interessados.

A decisão de se produzir vídeos sobre a temática de desigualdade de gênero partiu do contato do professor do Instituto de Psicologia da UnB Domingos Sávio, fundador e coordenador do Círculo, com grupos feministas da Argentina, por intermédio da ativista Lucrecia Cabana Crozza. “Há um sistema padrão de gênero que, escondido no pacto social, envolve a todas as mulheres”, alerta a professora Crozza. “Em matéria pedagógica, é fundamental transmitir uma mensagem que evidencie as condições diversas de existência e suas possibilidades de mudança.”

A produção desses curtas conta com uma verba de R\$ 120 mil, garantida pelo edital de 2014 ‘Mais Cultura nas Universidades’, do Ministério da Cultura. Nem sempre o Círculo dispõe de renda suficiente para arcar com os custos das produções, precisando adaptar suas atividades. “No começo, a gente pegava vídeos que já existiam e pedia para os alunos contarem a história que eles entendiam daquele filme, gravando a narração dele em libras”, explica Domingos.

Em 2014, o projeto produziu nove animações sobre a realidade dos surdos

e a dificuldade que eles encontram em se comunicar. Todo processo é feito dentro do círculo, de forma dialogada: os alunos discutem os conceitos e então criam as histórias, algumas individuais e outras coletivamente. Depois interpretam essas histórias para que um ilustrador contratado faça um *story boarding*, ou seja, um roteiro do vídeo em forma de desenho, capturando suas expressões. A etapa final consiste na animação das artes pelos próprios alunos surdos, por meio de programas de computador específicos. Eles também escolhem a trilha sonora.

O TRAÇADO DO CÍRCULO

O Círculo de Cultura Surda foi formalizado como projeto de extensão da UnB em 2003 com o objetivo de dar visibilidade e promover a cultura surda. O diferencial da iniciativa, segundo o fundador Domingos, é promover ações concretas voltadas para a comunidade surda. “Existem muitas pesquisas na área, mas depois de obter a informação que precisamos, eles se sentem um pouco usados com isso”, justifica o professor.

Oito pessoas participam ativamente, entre alunos da UnB e pessoas da comunidade. O projeto conta ainda com vários consultores e colaboradores para promover os trabalhos. Luísa Rocha é uma das desenhistas que colaborou nos curtas e afirma que a experiência a fez crescer não só profissionalmente, mas como pessoa. “Eu não sabia que as legendas para eles precisavam ser diferentes das pessoas ouvintes. É um detalhe pequeno que faz diferença”, observa.

O grupo faz suas reuniões na sala do professor Domingos, no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Além disso, realiza outras atividades todas as segundas-feiras, no período da tarde, na Escola Bilíngue Libras e Português Escrito de Taguatinga, atendendo cerca de 15 jovens. A maioria está no Ensino Médio.



Domingos Sávio, fundador do Círculo

PARCERIA FORA DO DF

Uma verba de R\$ 56 mil, esperada desde 2014 pelo Círculo de Cultura Surda, será investida na produção de um livro-imagem sobre a história de um clã de uma tribo indígena em Rondônia. O recurso foi garantido pelo edital de cultura da Oi, apoiado pela Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal - LIC DF, e vai possibilitar o trabalho junto aos Paiter.

O clã conta com uma população de 200 pessoas e 11 delas, principalmente crianças e adolescentes, são surdas. Embora o alto número de indígenas surdos seja um fator preocupante para os líderes da tribo, a situação não é tratada como um problema. “Eles já vieram com essa ideia de que o surdo não é deficiente”, comenta Domingos. “A gente olha mais pelo que falta ao surdo, eles nem gostam de usar essa palavra. Chamam essas pessoas de visuais”.

Os integrantes da tribo já estão escrevendo histórias, e uma delas será escolhida para ilustrar o livro. A narrativa será ilustrada pelo brasileiro Antônio Lucas e pelos indígenas. O produto final será impresso e entregue à tribo para que os indígenas possam guardar sua história e comercializar o produto, gerando recursos. As demais histórias serão utilizadas em produtos futuros do Círculo da Cultura Surda.

Para Domingos, o fundamental é documentar a linguagem indígena de sinais: “A tendência deles é aprender a linguagem do surdo urbano e deixar de lado a deles, que é muito bonita”. ♦



Cada etapa da produção é discutida no Círculo antes de ser executada. Os jovens debatem que tipo de histórias vão usar para denunciar o machismo

MEIO AMBIENTE

Página 12

VIDA SUSTENTÁVEL

MARINA TORRES

Usar água coletada da chuva, energia solar e banheiros secos, preferir alimentos orgânicos produzidos por agricultores locais, evitar a produção de lixo e trabalhar constantemente com o trato da terra. A rotina pode não parecer fácil para um morador de áreas urbanas, mas tem atraído um número crescente de moradores do Distrito Federal para experiências temporárias em comunidades permaculturais e ecovilas.

Hoje, já existem pelo menos 15 propriedades que trabalham no DF com permacultura, conceito de planejamento e execução de ocupações humanas sustentáveis criado em 1970 pelos australianos Bill Mollison e David Holmgren e que têm o objetivo de reduzir o impacto da rotina humana sobre o ambiente. Com a proposta de difundir princípios sustentáveis e conhecimentos técnicos para a comunidade externa, algumas ecovilas recebem interessados em projetos de vivência com a permacultura, que vão de cursos e visitas a experiências de trabalho voluntário e moradia.

Para quem quer conhecer a rotina em uma dessas propriedades, uma opção é o projeto Biovivência da Ecovila da Lagoa, em Planaltina de Goiás. O programa de trabalho voluntário, para maiores de 18 anos, pode durar de uma a oito semanas. Neste caso, a pessoa mora na chácara durante o processo e tem a oportunidade de conhecer as técnicas de permacultura na prática, acompanhado de especialistas. O foco do programa é principalmente pedagógico e inclui atividades como plantio, bioconstruções, manejo de mudas e prática de esportes radicais.

Para participar da experiência é necessário custear hospedagem e alimentação durante o período de vivência.

“Temos várias fases de trabalho dentro da ecovila, e o participante pode escolher as áreas de interesse e o tempo que quer ficar”, explica Juno Rocha, profissional de Educação Física e fundador da comunidade. Além disso, a Ecovila da Lagoa, que surgiu em 2009, recebe turistas nas suas instalações esportivas de *cable park* e skate, pode hospedar até 16 pessoas e oferece cursos sobre as tecnologias usadas.

O Instituto Ipoema é um dos principais órgãos apoiadores da permacultura e ecovilas em Brasília. Fundada em 2005 pelo engenheiro florestal Cláudio Jacintho, a ONG já ministrou para cerca de 5,5 mil pessoas cursos práticos e técnicos focados nas técnicas de manejo de água, agroflorestas e gestão de lixo, e metodologias de design social. A atuação do instituto é concentrada em duas estações: o Centro de Permacultura Asa Branca, um dos mais reconhecidos do Brasil, no Tororó; e a Chácara Santa Rita, no Paranoá.

O projeto Viver de Dentro também oferece oportunidade de uma espécie de test-drive do estilo de vida

de uma ecovila. Realizado na Chácara Santa Rita, o programa tem a duração de seis meses e abre sete vagas a cada ciclo. Os participantes assistem a quatro horas de aulas a cada sete dias e devem trabalhar para a comunidade durante oito horas por semana. “Há compromissos de ambas as partes. A responsabilidade do Ipoema é estar lá e orientar os moradores temporários em relação ao uso da terra e outras metodologias”, aponta Cláudio Jacintho. Por essa experiência, paga-se um aluguel mensal e há divisão das despesas com limpeza, alimentos e outros custos. O próximo ciclo deve ser iniciado entre agosto e setembro deste ano.

Além disso, o Ipoema desenvolve propostas de turismo ecopedagógico para grupos de escolas públicas ou particulares e universidades. O projeto Educação para a Sustentabilidade propõe a realização de aulas ao ar livre na Escola Asa Branca, com o objetivo de sensibilizar os estudantes com questões ambientais e mostrar a possibilidade de um ambiente natural conservado e habitado com soluções

de sustentabilidade. São cerca de 5 mil visitantes por ano.

Outras ecovilas também oferecem vivências mais curtas. No Sítio Nós na Teia, no Jardim Botânico, são realizados cursos, mutirões e práticas abertas à comunidade externa, que duram alguns dias e podem oferecer hospedagem. Além das práticas ecopedagógicas, o grupo oferece aulas de dança circular e rodas de audição de música erudita. Para quem tem interesse em uma experiência mais longa, o sítio deve abrir vagas para moradores em breve: “Buscamos pessoas que estejam sintonizadas com a proposta, e entendam um pouco de permacultura”, afirma a educadora Mônica Carapeços, uma das proprietárias.

Sobre a rotina de uma ecovila, os moradores permanentes ressaltam que se trata de estabelecer um conceito de vida: “A ideia não é só morar em uma casa de barro ou usar água da chuva. É preciso desenvolver um estilo de vida ecológico”, aponta o arquiteto Sérgio Pamplona, um dos proprietários do Sítio Nós na Teia. O Sítio abriga oito moradores e é classificado como uma comunidade-escola de permacultura. Lá, todos participam da manutenção do espaço e se comprometem a seguir os ideais da comunidade.

A busca por harmonia com a natureza também inspirou a geógrafa Andrea Zimmermann a fundar em 2002 a chácara Toca da Coruja, no Lago Oeste. A propriedade é um centro de permacultura e inclui sistemas agroflorestais, captação de água, psicultura, autonomia energética solar, compostagem e ecofossa. “A ocupação humana pode ter impactos positivos em um espaço. Estamos caminhando passo a passo para sermos parte da solução e não do problema”, afirma Andrea. ♦



No Sítio Nós na Teia, toda a água utilizada é coletada das chuvas. Sérgio Pamplona e os moradores reutilizam o recurso para irrigação